

Pesquisa em Debate

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

CHALLENGES OF INDIGENOUS EDUCATION IN BRAZIL: A REVIEW OF PRODUCTION ACADEMIC

Raimunda Maria Rodrigues Santos

Professora do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima e mestranda na Universidade São Marcos

Neide Vieira de Siqueira

Professora da Universidade Federal de Roraima e mestranda na Universidade São Marcos

Resumo

O presente artigo relata o resultado de pesquisa bibliográfica na qual se analisou o conteúdo dos resumos de dissertações e teses sobre educação indígena, defendidas em programas de pós-graduação entre 1978 e 2007, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior- Capes - e no Inventário elaborado por Grupioni (2003) sobre o mesmo tema, tendo como recorte temporal o período de 1978-2002. Este estudo teve por objetivo retratar os conhecimentos sobre educação indígena produzidos na academia, através do método de análise de conteúdo, atualizando o mapeamento feito por Grupioni, através da ampliação do recorte temporal - 1978 a 2007. Levou-se em conta os seguintes indicadores: problemática, método, tipo de pesquisa, IES, programa, ano da defesa, região, palavras-chave e autores de base usados para a compreensão da temática. Os resultados apontam um crescente interesse pelo tema, a partir da segunda metade dos anos de 1990. Verifica-se a preocupação dos pesquisadores com o sentido político de interculturalidade e de autonomia que vigoram nas políticas públicas educacionais voltadas para os povos indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; povos indígenas; inventário de teses; etnografia.

Abstract

This article reports the results of the bibliography search which analyzed the content of abstracts of thesis and dissertations on indigenous education, defended in the post-graduate programs between 1978 and 2007, available at the Bank of Thesis for the Coordination of Personnel Training Higher - Capes - and in the inventory produced by Grupioni (2003) on the same theme, focusing on the time period of 1978-2002. This study aimed to portray the knowledge of indigenous education in the academy produced by the method of content analysis, updating the mapping done by Grupioni, by extending that time period - 1978 to 2007. The following indicators were considered: problematic, method, type of research, IES, program, year of defense, region, keywords, and authors base used for understanding the subject. The results show a growing interest in the subject, from the second half of the 1990s. There is a concern of researchers with the political sense of inter-cultural and of autonomy in force in the public educational policies aimed at indigenous peoples.

Key words: indigenous education; indigenous peoples; inventory of theses; ethnography.

Introdução

Os povos indígenas, ao longo da história, foram submetidos a diferentes políticas do Estado brasileiro e a maioria não contemplava ações que garantissem o futuro desses povos enquanto possuidores de cultura diferenciada. Como parte dessas políticas, em 1910, o governo federal criou o Serviço de Proteção ao Índio – SPI - órgão com função civilizatória cuja proposta era mediar o diálogo entre os povos indígenas e as frentes de expansão capitalista. Esperava-se que, gradativamente, os povos indígenas fossem assimilados à cultura dominante. No entanto, nem todos os povos sucumbiram às tentações do mundo “civilizado”.

Nessa relação entre SPI e povos indígenas devem ser considerados dois aspectos. O primeiro diz respeito à proposta do SIP que era pautada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, apregoados pela burguesia e revalidados pelo positivismo republicano. O segundo, ao fato de que várias áreas habitadas pelos povos indígenas serem consideradas imprescindíveis para a para construção de rodovias, instalação de fazendas e criação de assentamentos de agricultores – projetos que alavancariam o desenvolvimento do país. Nesse caso, havia a necessidade de desocupação de espaços nas terras tradicionais indígenas. Para atingir esse objetivo, o SPI foi incumbido de integrar esses povos no projeto desenvolvimentista do país, transformando-os em cidadãos produtivos, uma vez que os princípios ideológicos desse órgão, não permitiam que simplesmente os povos indígenas fossem eliminados.

Durante o governo da ditadura militar, surgem acusações por parte de entidades internacionais sobre extermínio cultural dos povos indígenas. Por conta dessa imagem negativa, o governo decidiu pela extinção do SIP. Institui um novo órgão para assumir o papel de gestor e executor exclusivo das políticas voltadas aos povos indígenas: a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – em 1967.

A proposta indigenista da FUNAI para a educação indígena inclui o ensino bilíngüe, em consonância com o Estatuto do Índio - Lei 6001/73 – que preconiza, em seu artigo 47, o respeito ao “patrimônio cultural das comunidades indígenas”. Contudo, o

modelo para as escolas indígenas era o mesmo das escolas rurais, não havendo aproximação entre o ensino e a realidade das comunidades.

Apesar das mudanças implementadas, a linha de trabalho da FUNAI permaneceu alicerçada no pensamento integracionista. Suas ações ainda primavam pela introdução das populações indígenas na sociedade nacional o que implicava na rejeição de traços de sua cultura para assimilar os traços da cultura do não-índio.

No início dos anos de 1970, a Igreja Católica assume uma nova postura frente as injustiças sociais. Os delineamentos da Teologia da Libertação fizeram com que os projetos de evangelização ganhassem contornos da educação libertadora. A partir dessa nova proposta missionária, a igreja incentiva a criação do Conselho Indigenista Missionário. Desde então o número de movimentos sociais que se tornam parceiros dos povos indígenas cresce. Constituíam-se em organizações não governamentais engajadas na luta por políticas públicas que garantissem aos povos indígenas o direito a terra, à educação escolar, à saúde, à diferença.

Nesse contexto, as contradições entre a cultura dos povos indígenas e a do não-índio; o embate entre o sistema capitalista e as propostas dos movimentos indigenistas; o modelo de ensino oferecido nas comunidades indígenas; dentre outros temas correlatos, passam a ser pesquisados em programas de pós-graduação. Surge então a proposta de realizar um mapeamento das teses e dissertações que discutem a educação indígena, identificando o momento histórico em que esse tema chega à academia como objeto de estudo.

Durante o levantamento de autores que orientassem a análise dos dados, teve-se conhecimento de um artigo com mapeamento e discussões de teses e dissertações sobre o tema. Dessa forma, a proposta passa a ser a ampliação do inventário já existente, baseando-se nos princípios do método de análise do conteúdo. Vieram à tona as seguintes indagações: quais as problemáticas sobre educação indígena são constantes nas pesquisas dos programas de pós-graduação no Brasil? Em quais instituições de ensino superior a produção é destacável? Pertencem a que regiões do país? Existem outros programas, além da área de Educação, que se debruçam sobre o tema? Em que ano ou período mais se discutiu sobre a educação indígena? Quais os tipos de pesquisas realizadas? Quais os

métodos empregados? Quais os autores mais citados? Como o conhecimento define situações e generalidades sobre letramento e a escolaridade?

Metodologia para definição do inventário de pesquisa

Antes de se debruçar sobre um tema, é recomendável que o pesquisador realize um estudo sobre a produção já existente, com o objetivo de conhecer as bases teóricas e metodológicas recorrentes nas pesquisas científicas sobre o objeto escolhido. A esse tipo de pesquisa bibliográfica denomina-se Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, conforme os materiais acadêmicos consultados e profundidade de análise.

Pesquisas dessa natureza

são reconhecidas em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado¹.

Além disso, “as análises pelos trabalhos põem em evidência que uma das características da produção científica é a de ser elaborada de forma compartilhada por pesquisadores agregados em torno de alguns elementos²”. A identificação do que já produzido favorece a escolha da delimitação do tema, de modo que a pesquisa ganhe em originalidade.

Por essa perspectiva, para realizar um estudo do tipo Estado da Arte o pesquisador deve analisar os resumos de dissertações e teses, as produções apresentadas em congressos e os textos de periódicos da área. Caso opte por limitar-se à localização e catalogação de

¹ FERREIRA, N.S. de A. *As pesquisas denominadas “Estado da Arte”*. Educação & Sociedade. n. 79, ago. 2002, p. 258.

² DELIZOICOV, D. *Pesquisa em ensino de ciências como ciências humanas aplicadas*. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2004, p. 163.

teses e dissertações, o mapeamento e análise do conteúdo realizar-se-ão com base em resumos publicados em catálogos ou anais de eventos, resultando em um estudo do tipo Estado do Conhecimento³.

Neste trabalho, optou-se pelo segundo tipo de estudo. Inicialmente, realizou-se uma leitura crítica do artigo de autoria de Luís Donisete Grupioni⁴ - “A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)”⁵.

Passou-se, então, à identificação dos resumos disponíveis no Banco de teses e dissertações da Capes⁶, usando como critério de busca a expressão “educação indígena”, sendo indicados 306 trabalhos. A próxima etapa deu-se com a seleção dos títulos, excluindo-se os que foram elencados por Grupioni. Durante a leitura dos resumos, constatou-se que nem todos os títulos indicados tratavam sobre a temática pretendida.

Após esse trabalho minucioso, obtiveram-se 85 novos títulos, totalizando 159 teses e dissertações sobre educação escolar indígena, produzidas no período de 1978 a 2007. Configurou-se, assim, o universo⁷ de dados, matéria-prima desta discussão.

Para proceder ao tratamento dos dados usando a técnica da análise do conteúdo, fez-se o desmembramento dos resumos em unidades. Foram definidos os núcleos de sentido que constituem esse gênero de texto, para posterior reagrupamento por categorias. Nomearam-se: instituições de ensino; programas *strictu sensu*; ano de defesa; região geográfica; temáticas; palavras-chave; metodologia; autores-base, povos indígenas.

³ ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. *As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação*. Revista Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006, p. 40.

⁴ Mestre em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Antropologia Social nesta mesma universidade. Fundador e pesquisador do Mari - Grupo de Educação Indígena da USP. de 1988 a 2002. Secretário Executivo do Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena Iepé.

⁵ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)*. Revista Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 197-238, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB\[1\].pdf4](http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB[1].pdf4)>.

⁶ Os resumos de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação de Universidades brasileiras passaram a constituir o Banco de Dados da Capes a partir de 1987.

⁷ Acredita-se que, em virtude da variedade de palavras-chaves indexadas na plataforma da Capes, existam trabalhos que não foram relacionados. Após finalizar este artigo, as autoras constataram que as teses e dissertações defendidas em 2008 foram incluídas no Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Os dados foram analisados considerando-se o quantitativo de produções, a partir de diferentes recortes temporais, usando como critério momentos históricos em que são legitimados os direitos dos povos indígenas a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe.

Ademais, na análise das produções do período de 2003 a 2007, consideram-se como parâmetros as reflexões de Grupioni sobre os trabalhos por ele mapeados. Com esse procedimento pretende-se verificar a ocorrência de novas temáticas que resultem em uma proposta de pedagogia específica para escolas indígenas, além dos objetivos já mencionados.

Produções acadêmicas sobre educação indígena: inventário de Grupioni

Grupioni⁸ mapeou dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidas em universidades brasileiras e estrangeiras, cujas temáticas, em sentido amplo, têm relação com os processos de introdução da instituição escolar em terras indígenas e suas implicações para a cultura desses povos. Em seu estudo identificou 74 dissertações e teses, adotando como recortes metodológicos o aspecto temporal - 1978 a 2002 - e espacial: contexto brasileiro. Para reunir todos os trabalhos, além de pesquisa no Banco de teses e dissertações da Capes, contou com a colaboração de pesquisadores que forneceram informações sobre estudos realizados antes de 1987, em instituições nacionais e estrangeiras.

Em sua análise, destaca o crescimento ascendente da Educação Indígena como objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento.

A maior visibilidade dos temas suscitados pela educação indígena na universidade tem relação direta com o aumento da importância da escola para os próprios povos indígenas, uma vez que se tornou

⁸ Op.Cit. .p. 4.

uma questão social e politicamente importante para eles e para aqueles que os apóiam⁹.

Não custa registrar a presença do caráter emancipatório dos movimentos indígenas na Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito dos povos indígenas de manterem organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições diferentes da sociedade envolvente, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

As áreas mais expressivas no inventário de analisado foram a Educação, com 37 dissertações e teses; Lingüística, com 13 trabalhos; e Antropologia com 12. Além disso, registraram-se outras áreas com menor presença, totalizando 53 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado. O autor não apresenta o percentual de trabalhos de todas as instituição de ensino, mas indica em nota de rodapé as que têm destaque no período por ele delimitado.:

Na área de Lingüística, [...], dos 13 trabalhos defendidos, cinco foram no Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas [...]. Outros cinco trabalhos nessa área foram defendidos na Universidade Federal de Goiás [...]. Na área de Antropologia, dos 11 trabalhos defendidos, quatro foram na Universidade de São Paulo e três no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro [...]. Já na área de Educação, que congrega o maior número de trabalhos sobre a temática em questão, destaca-se a Universidade Federal de Mato Grosso, com oito trabalhos [...]. Na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS), foram defendidas quatro dissertações de mestrado; número igual de trabalhos foi defendido na Universidade de Brasília. Na Universidade Estadual Paulista,

⁹ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)*. Revista Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 197-238, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB\[1\].pdf4](http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB[1].pdf4)>.

campus de Marília, três teses de doutorado em educação foram defendidas. E na Universidade Federal da Bahia, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado foram realizadas. Os demais trabalhos distribuem-se por várias universidades do País¹⁰.

Conforme sua avaliação, a maioria dos trabalhos pauta-se na expectativa de um novo modelo de escola. Observou ele que os ideais dos movimentos indígenas refletem-se nos trabalhos analisados. Os enfoques predominantes retratados pelos pesquisadores foram: a valorização dos conhecimentos étnicos; o acesso aos conhecimentos universais; a passagem da responsabilidade pela coordenação das ações de educação indígena da Funai para o Ministério da Educação (MEC), em 1991.

Ao lado dessa tendência dominante, os trabalhos revelam uma multiplicidade de metodologias em que se destaca a análise etnográfica dos grupos estudados e a participação dos autores nos trabalhos de campo¹¹.

Como desafio, diz ser preciso uma análise que vá além dos resumos, para que se possam refinar as riquezas teóricas e práticas nas dissertações e teses sobre educação indígena. Os resumos, apesar de constituírem-se “gênero do discurso da esfera acadêmica, relativamente neutro e estável, que informa objetivamente um leitor, que busca desencadear uma única leitura¹²”, possuem uma ambiguidade latente: tanto podem revelar como omitir elementos das condições de produção, conduzindo o leitor a uma apropriação diferente da pretendida pelo autor.

Inventário na atualidade (1978 - 2007)

¹⁰ Idem.

¹¹ Grupione registra a ênfase no caráter monográfico das obras e a redução do tempo de trabalho de campo em virtude das alterações nos critérios de avaliação da Capes para os programas de pós-graduação *strictu sensu*; e por tratarem da prática profissional de seus autores, “gerando uma produção acadêmica mais engajada e comprometida com questões indigenistas e de intervenção social”.

¹² FERREIRA. Op. Cit.p. 3.

Embora as pesquisas na área de Educação fossem uma prática na academia desde meados dos anos 1930¹³, apenas em 1978 a educação escolar indígena passa a compor o universo de temas passíveis de investigação nessa área. O relato de natureza etnográfica sobre aspectos da educação indígena bilíngüe no Brasil foi apresentado por Antunes Tsupal, no programa de mestrado em Educação da UNB¹⁴. Um novo trabalho na área envolvendo a temática em foco é defendido em 1981. Trata-se de um estudo sobre o papel da escola entre populações indígenas numa área de fronteira internacional e zona de segurança nacional, tendo como delimitação temporal o período de 1930 a 1970¹⁵. No entanto, ocorre um período de nove anos de estagnação (1981- 1990), conforme se observa no quadro 1, apesar de nesse período terem ocorrido fatos históricos considerados decisivos para a garantia à diversidade, ao uso da língua nativa, à permanência nas terras tradicionais, dentre outras bandeiras dos movimentos sociais que defendiam os direitos dos povos indígenas do Brasil.

QUADRO 1 – TRABALHOS DEFENDIDOS POR ANO (1978 – 2007)

1978	1981	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
1	1	2	2	1	4	7	8	8	6	11	14	11	12	4	7	10	14	36

Fonte: Elaborado com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e GRUPIONI (2003)

Percebe-se no Quadro 1 que, a partir de 1992, a educação indígena passa a ser tema recorrente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. O número de trabalhos por ano é oscilante. Inicialmente, procedeu-se a recorte temporal considerando-se o volume de

¹³ GOUVEIA, A. J., *A pesquisa educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 1, 1971, p. 1-48.

¹⁴ TSUPAL, Nancy Antunes. *Educação indígena bilíngüe, particularmente entre os Karajá e Xavante: alguns aspectos pedagógicos, considerações e sugestões*. Brasília, 1978. 173p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

¹⁵ ASSIS, Eneida Corrêa de Assis. *Escola indígena, uma “frente ideológica”?* Brasília, 1981. 204p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

pesquisas produzidas no período¹⁶ de 1978 a 1998 – 20 anos – e outro considerando o período¹⁷ de 1999 a 2002 – 3 anos. Averiguou-se que a somatória é igual nos dois períodos: 37 trabalhos.

Nesse ponto cabe uma reflexão sobre a disparidade entre o número de anos e a quantidade de pesquisas realizadas em cada período, considerando-se que, dentre outros fatos, de 1977 a 1998:

- i) registram-se o impulso e expansão dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras;
- ii) movimentos sociais demarcam interesses, identidades, subjetividades dos povos indígenas);
- iii) ocorrem experiências de educação indígena diferenciada;
- iv) é promulgada a nova Constituição Federativa do Brasil, em são reconhecidos direitos dos povos indígenas, antes renegados;
- v) ocorrem eventos de discussão e preparação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as legislações específicas que a seguem.

Vale ressaltar que esse período corresponde ao movimento de transição do regime político no Brasil. Considerando-se apenas os 10 primeiros anos do período recortado, pode-se levantar a hipótese de que a escassez de trabalhos *stricto sensu* sobre educação indígena deve-se às barreiras impostas pela ditadura militar.

Em contrapartida, nos três anos seguintes – 1999 – 2002, pressupõe-se que as ações oriundas de políticas públicas, enumeradas acima, serviram de motivação aos pesquisadores, o que justifica o número de produções equivalentes aos 20 anos anteriores.

Seguem-se experiências que se prolongam até 2007 e com base na legislação,

tentam desenhar currículos específicos, temporalidades e espacialidades diferenciadas e formar professores indígenas na

¹⁶ Esse recorte teve como base o ano de defesa da primeira dissertação de mestrado sobre a temática em estudo e o ano de publicação e distribuição do Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena.

¹⁷ Ano de implantação das propostas do RCNEEI e ano final do Inventário de Grupioni.

tentativa de moldar a transmissão desses conhecimentos específicos de um modo respeitoso às expectativas dos índios e a seus preceitos próprios de educação¹⁸.

Ressalta-se que no ano de 2007 registraram-se 36 trabalhos, produção proporcional aos dois recortes temporais já comentados.

Ao delimitarmos o recorte temporal de 1994 a 1996¹⁹, anos de debates e da votação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996, obtém-se 19 trabalhos. Número superior aos 15 anos anteriores – 1978 a 1993. Da mesma forma, considerando-se de 1996²⁰ a 1998²¹, o número cresce para 22 trabalhos.

Fazendo um outro recorte temporal, percebe-se que, de 1999²² a 2007²³, as pesquisas sobre educação escolar indígena se intensificam, são 119 trabalhos em período equivalente à lacuna temporal existente entre 1978-1981 e ao período de 1992 a 1999.

A crescente produção acadêmica sobre a temática abordada nesse trabalho pode ser visualizada a partir da distribuição por universidades, conforme tabela 1.

¹⁸ COHN, Clarice. *Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 485-515, jul./dez. 2005. Disponível:<
<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>.

¹⁹ Ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

²⁰ Idem.

²¹ Ano de publicação e distribuição do Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena

²² Ano de implantação das Diretrizes recomendadas pelo RCNEEI.

²³ Ano final do mapeamento.

**TABELA 1– DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA
POR INSTITUIÇÃO**

INSTITUIÇÃO	Nº DE TRABALHOS	%
Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	3	1,90
Universidade Estadual Paulista	2	1,26
Universidade Federal do Amazonas	9	5,66
Universidade de São Paulo	14	8,80
Universidade Federal de Minas Gerais	2	1,26
Universidade Católica Dom Bosco	11	6,91
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	10	6,28
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1	0,63
Universidade Federal de Mato Grosso	13	8,17
Universidade Federal do Espírito Santo	7	4,40
Universidade Regional de Blumenau	1	0,63
Universidade Federal do Rio de Janeiro	6	3,77
Universidade Federal da Bahia	6	3,77
Universidade Federal de Londrina	1	0,63
Universidade Federal de Rondônia	1	0,63
Universidade Federal Fluminense	5	3,15
Universidade Metodista de Piracicaba	3	1,90
Universidade Federal de Pernambuco	4	2,51
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1	0,63
Universidade São Marcos	2	1,26
Universidade de Brasília	11	6,91
Universidade Estadual de Campinas	11	6,91
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2	1,26
Universidade Federal do Ceará	4	2,51
Universidade Santa Cruz	1	0,63
Universidade Federal de Goiás	7	4,40
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	1,90
Universidade Federal do Pará	1	0,63
Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Araraquara	1	0,63
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1	0,63
Universidade Federal de Uberlândia	1	0,63
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	1	0,63
Universidade Estadual de Maringá	1	0,63
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	0,63
Universidade Federal de Santa Catarina	3	1,90
Universidade Federal da Grande Dourados	1	0,63
Universidade Federal de Santa Maria	1	0,63
Universidade Federal de São Carlos	2	1,26
Universidade de Utrecht	1	0,63
Universidad de Barcelona	1	0,63
Universidad Iberoamericana	1	0,63
Universidade de Lancaster	1	0,63
TOTAL	159	100%

Fonte: Elaborada com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e GRUPIONI (2003)

Os dados da tabela 1 mostram que o maior volume de pesquisas sobre a temática em questão concentra-se nas universidades públicas brasileiras que juntas detém 70% das teses e dissertações defendidas sobre educação escolar indígena.

Sob outro enfoque, considerando-se a produção individual de cada IES, segundo o recorte temporal de Grupioni²⁴ e o proposto para ampliação do inventário, percebe-se uma alternância no ranking das universidades. A tabela 1 revela que no período de 1978 a 2007, o maior número de teses e dissertações concentra-se na Universidade de São Paulo; seguida da Universidade Federal do Mato Grosso. Destacam-se ainda quatro trabalhos defendidos em instituições estrangeiras.

Ao reunirmos as instituições por região geográfica, a Região Sudeste destaca-se por concentrar o maior número de trabalhos sobre a temática abordada. Em contrapartida, embora a Região Norte possua a maior quantidade de áreas indígenas, apresenta o menor volume de produções, conforme se observa na tabela 2.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA POR REGIÃO

REGIÃO	Nº de trabalhos	%
Norte	11	6,91
Nordeste	16	10,06
Centro-oeste	45	28,30
Sul	13	8,17
Sudeste	70	44,02
Fora do Brasil	4	2,51
TOTAL	159	100%

Fonte: Elaborada com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e GRUPIONI (2003)

²⁴ Op. Cit. p. 4.

É importante lembrar que parte das universidades da Região Norte foi criada na segunda metade do século XX ²⁵. Em comparação à data de criação das instituições das demais regiões do Brasil, entende-se que a produção *stricto sensu* seja inferior em volume. Esse fato não significa a inexistência sobre a situação de escolaridade dos povos da Região Norte.

Reflexões sobre temas de pesquisas e povos indígenas

Diante da diversidade de temas, esbarrou-se na impossibilidade de dar a essa categoria o mesmo tratamento estatístico dedicado às demais, bem como realizar uma análise para definição de um enfoque predominante. Dessa forma, detemo-nos, no quadro 2, a relacionar as temáticas mais presentes nos trabalhos.

²⁵ A presença do ensino superior no Pará data do período áureo da borracha, com o surgimento da Faculdade Livre de Direito, em 1902; em 17 de janeiro de 1909, têm início as atividades na Universidade Federal do Amazonas.

QUADRO 2 - RECORTES TEMÁTICOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA

o papel da escola em determinadas comunidades indígenas;
análise do currículo de escolas indígenas;
uso de diários de classe por professores indígenas;
produção de materiais didáticos;
análises de programas e formação de professores indígenas;
políticas indigenistas;
ações dos movimentos indígenas pela educação escolar;
história da implantação de escolas em terras indígenas;
relação entre oralidade e escrita na alfabetização de indígenas;
descrições lingüísticas de línguas indígenas;
bilingüismo;
processos de alfabetização em português e em processos de alfabetização língua materna;
estudos sociolingüísticos;
formas de transmissão de conhecimento;
processos de socialização de crianças indígenas;
práticas lingüísticas, discursivas e de letramento;
contribuição de algumas disciplinas para a escola indígena;
análise de textos escritos por alunos e professores indígenas;
aquisição de segunda língua; noção de infância;
processo de aprendizagem; pedagogias indígenas;
planejamento nas escolas indígenas;
valorização da identidade cultural no processo de ensino;
história da educação escolar indígena; análise de documentos oficiais;
relação entre educação e direito; papel do Estado na implementação de políticas educacionais; análise dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Indígena;
atuação de Secretarias Estaduais e Municipais na educação indígena.

Fonte: Elaborada com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e GRUPIONI (2003)

Cabe a observação de que a recorrência de um recorte temático não se torna uma mera repetição em virtude das possibilidades de recorte espacial e metodológico.

Seguindo a mesma tendência de variedade, identificaram-se 210 palavras-chave indexadas com os resumos, havendo uma oscilação também no número de indicadores utilizados. Optou-se pela enumeração dos termos que aparecem em cinco ou mais trabalhos, para elaboração do Quadro 3.

QUADRO 3 – PALAVRAS-CHAVE

PALAVRAS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Bilingüismo	5
Cultura	7
Currículo	6
Educação	31
Educação Escolar Indígena	17
Educação Indígena	25
Etnomatemática	7
Formação de professores	5
História	5
Identidade	9
Índios	9
Professores Indígenas	5

Fonte: Elaborado com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e Grupioni (2003)

Nos resumos estudados, os debates sobre a Educação Escolar Indígena são apresentados sob perspectivas teóricas de diferentes áreas do conhecimento. A tabela 3, composta pelos programas de mestrado e doutorado em que foram defendidas as teses e dissertações elencadas para este trabalho, confirmam o caráter multi e interdisciplinar da temática.

**TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE
EDUCAÇÃO INDÍGENA POR PROGRAMA**

Programa Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado	Nº de trabalhos	%
Educação	83	16	99	62,26
Educação Escolar Brasileira	1	0	1	0,63
Educação e Contemporaneidade	1	0	1	0,63
Educação Matemática	2	1	3	1,90
Educação Física	1	0	1	0,63
Educação, Administração e Comunicação	2	0	2	1,26
Letras	0	2	2	1,26
Letras e Linguística	1	0	1	0,63
Linguística	8	3	11	6,91
Linguística Aplicada	2	3	5	3,15
Semiótica e Linguística Geral	0	2	2	1,26
Comunicação e Semiótica	0	1	1	0,63
Ciências Sociais	1	3	4	2,51
Antropologia	4	1	5	3,15
Antropologia Social	9	2	11	6,91
Sociologia	1	1	2	1,26
História	1	0	1	0,63
Geografia Humana	0	1	1	0,63
Psicologia	0	1	1	0,63
Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano	1	0	1	0,63
Desenvolvimento Regional	1	0	1	0,63
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	1	0	1	0,63
Desenvolvimento Sustentável	1	0	1	0,63
Estudos Comparados sobre as Américas	0	1	1	0,63
TOTAL	121	38	159	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007) e GRUPIONI

(2003)

Ao reunir os programas em grandes áreas²⁶, a Educação revela-se responsável pelo maior número de trabalhos, 67,3%; as demais Ciências Humanas, 15%; Letras e Linguística somam 13,2%; e as Ciências Sociais Aplicadas, 4,4%, conforme tabela 2.

Percebe-se que os programas *strictu sensu* de outras áreas não excluem as pesquisas sobre educação indígena, o que contribui para a construção de um arcabouço teórico rico sobre a escola indígena, incluindo-a no modelo de cultura global da educação brasileira.

Quanto ao recorte espacial foi realizado a partir do estado da federação em que vivem os povos indígenas. O quadro 4 traz a relação de povos mais citados nos resumos em estudo.

QUADRO 4 – POVOS INDÍGENAS DO BRASIL MAIS CITADOS NOS RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA

POVOS INDÍGENAS		Nº de ocorrências (acima de três)
Grafia no Resumo	Outros Nomes ou Grafia(s) do ISA ²⁷	
Baikiri	Bakairi, Kurâ, Bacairi	3
Bororo	Bororo, Boe	4
Guarani - Kaiowa, Nhandeva, Mbya	Guarani; Kaiowá, Nandéva, M'bya, Kaiwá, Pai Taviterã, Avikatueté, Chiripá	20
Kaiangáng	Kaiangang, Caiangang	4
Karajá	Karajá, Carajá	5
Paresi	Pareci, Paresi, Haliti	4
Terena	Terena	9
Tikuna	Tikuna, Ticuna, Tucuna, Mangüta	5
Tupinikim	Tupiniquim	6
Xavante	Xavante, A'uwe, Awen, Akwen	5
Xerente	Xerente, Akwe, Akwen	4

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes (1987 – 2007); GRUPIONI (2003); ISA (2006)

²⁶ Agrupamentos elaborados com base na classificação de cursos recomendados pela Capes.

²⁷ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: ISA, 2006, p.10-16.

Deve-se mencionar que alguns autores delimitaram o espaço pelo nome da comunidade, por vezes substituindo o nome da etnia pela língua ou pelo nome da aldeia em que habitam. Outro aspecto importante é o número de trabalhos realizados com povos da Região Norte do Brasil, apesar de a produção científica nas universidades dessa região ainda serem incipientes. Para fins de organização do quadro, mesmo em se tratando de estudo comparativo, citamos as etnias separadamente. De forma oposta, reunimos em um único grupo os povos reconhecidos por nomes diferentes, mas que pertencem à mesma “família”.

Quanto ao recorte metodológico, nem todos os textos apresentaram o tipo de pesquisa realizada ou instrumentos usados para coleta de dados. Por isso, inferimos que prevalecem as pesquisas empíricas, por se dedicarem a codificar a face mensurável da realidade. Quando a pesquisa exige uma intervenção na realidade, é denominada de pesquisa participante ou pesquisa ação²⁸. Dentre os tipos de pesquisas citadas encontram-se: pesquisas descritivas, exploratórias, documentais, e qualitativas; outros autores identificam suas dissertações e teses como exemplos de pesquisas etnológicas ou etnográficas.

Alguns pesquisadores preocupam-se em relacionar o tipo de pesquisa desenvolvida a uma corrente teórico-metodológica, foram citadas: a Sócio-história; Sociolinguística; Sociointeracionismo; Antropologia Interpretativa; Perspectiva Interpretativa e dialógica; Sociologia Crítica.

Em relação aos instrumentos usados na coleta de dados, foram citados documentos, entrevistas, observação, registros fotográficos. Nem todos os resumos permitem identificar o percurso adotado para realização da pesquisa, dificultando um levantamento preciso sobre o método predominante.

Considerações finais

A proposta para realização deste trabalho constitui-se uma prática pedagógica que visa aproximar os alunos dos cursos de pós-graduação da temática escolhida para realização

²⁸ DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo : Atlas, 1997.

de pesquisa em nível *strictu sensu*. Neste caso, ao longo deste trabalho, realizou-se uma análise da produção acadêmica em Educação Indígena desenvolvida em programas de pós-graduação com o objetivo de conhecer as principais tendências e temáticas discutidas pelos autores.

Confirmaram-se as análises de Grupioni no sentido de que o campo da Educação Indígena, com suas múltiplas temáticas, vem ocupando cada vez mais lugar privilegiado nas discussões que envolvem a definição de políticas voltadas para a construção de um sistema educacional específico para os povos indígenas.

Verifica-se que os pesquisadores sentem a necessidade de “transpor os muros da academia”, para, na convivência com os povos indígenas, redimensionar um conhecimento vago e estereotipado que tínhamos sobre a questão indígena no país.”²⁹

Nos resumos de teses e dissertações estudados, a escola aparece com função paradoxal. Para alguns autores continua sendo usada como instrumento de dominação, impede os indígenas de cultivarem o modelo de vida tradicional, deixando de se concretizar a proposta de uma educação diferenciada. Em outros trabalhos, surge como instrumento de libertação, os professores usam a escola como espaço para a reafirmação da identidade; como momento de conscientização sobre a importância de serem livres da tutela do Estado, enfatizando a importância de terem autonomia. Além disso, a escola é o lugar para o exercício do bilinguismo, momento em que podem usar a sua língua materna (L1) e aprender a dominar a Língua Portuguesa (L2).

Destacam-se as pesquisas que apresentam reflexões sobre a distância existente entre o que a legislação preceitua e a prática. Nesse contexto, é relevante enfatizar que, quando o pesquisador é militante ou engajado à causa indígena, pode surgir dificuldades na mensuração dos dados devido a subjetividade inerente a sua condição de ator do processo analisado.

Viu-se também a preocupação com a continuidade de ações educacionais em prol da permanência do sistema cultural de origem, embora o modelo de escola indígena permaneça pautando-se em leis, métodos e pedagogias da sociedade envolvente. Deve-se

²⁹ GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. *Vui-Uata-In (União de todos): uma proposta alternativa no ensino da temática indígena na sala de aula*. Salvador, 1996. 256 p. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia

incentivar a prática da educação tradicional, baseada na oralidade, reconhecendo que esta é também uma das formas de se fazer educação.

A escola indígena, portanto, propicia o domínio da linguagem escrita, dá condições aos povos de, cada vez mais, conhecerem os seus direitos. O letramento, mais que dar acesso ao domínio de habilidades essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico, possibilita ao cidadão o domínio de múltiplas linguagens.

Voltando o olhar para o contexto da educação escolar indígena, cabe a cada escola definir o modelo de letramento que contribuirá para a integridade dos valores socioculturais dos povos indígenas e para o reconhecimento de sua cultura como patrimônio da diversidade cultural.

No contexto de letramento, a educação escolar indígena integra o reconhecimento ao direito coletivo, forma cidadãos capazes de não mais sucumbirem à dominação e alienação.

Referências bibliográficas

- COHN, Clarice. *Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 485-515, jul./dez. 2005. Disponível:< <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 27 ago. 2008.
- DELIZOICOV, D. *Pesquisa em ensino de ciências como ciências humanas aplicadas*. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2004, p.145-175.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo : Atlas, 1997.
- FERRARO, Alceu Ravello; SCHÄFER, Abraão Nilo Givago. *Escolarização e Analfabetismo Indígena no Brasil*. In: **Simpósio Brasileiro, Congresso Luso-Brasileiro, Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração**, XXIII, V, I, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS. Cadernos ANPAE, n1 4, 2007. Disponível em:<<http://www.isecure.com.br/anpae/01.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2008.

- FERREIRA, N.S. de A. *As pesquisas denominadas "Estado da Arte"*. Educação & Sociedade. n 79, ago. 2002.
- GOUVEIA, A. J., *A pesquisa educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 1, 1971, p. 1-48.
- GUIMARÃES, Francisco Alfredo Moraes. *Vui-Uata-In (União de todos): uma proposta alternativa no ensino da temática indígena na sala de aula*. Salvador, 1996. 256 p. Dissertação (Mestrado em Educação) B Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)*. Revista Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 197-238, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB\[1\].pdf4](http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1167-5454-2-PB[1].pdf4)>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. ISA. *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: ISA, 2006.
- LOPES, Maria Immacolata V. de. *O estado da pesquisa de comunicação no Brasil*. Temas contemporâneos de comunicação, São Paulo, EDICON/INTERCOM, 1997, p. 18.
- MINDLIN, Betty. *A política educacional indígena no período 1995-2002: algumas reflexões*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p.101-140, dez. 2004. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/projetos/Planoeditorial/livro12.htm>> Acesso em: 13 abril 2008.
- NASCIMENTO, Adir Casaro; VINHA, Marina. *Educação Escolar Indígena e o Sistema Nacional de Educação*. In: **Simpósio Brasileiro, Congresso Luso-Brasileiro, Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração**, XXIII, V, I, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS. Cadernos ANPAE, n1 4, 2007. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/01.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2008.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. *As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação*. Revista Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L. (orgs.) *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

Fontes

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena*. 2 ed. Brasília : MEC/SEF/DPEF, 1994.

Decreto Nº 5.501, de 19/04/2004: *Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre Povos Indígenas e Tribos*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1996.